A INTEGRAÇÃO EUROPEIA E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS

MÓDULO 9

ALTERAÇÕES GEOESTRATÉGICAS, TENSÕES POLÍTICAS E TRANSFORMAÇÕES SOCIOCULTURAIS NO MUNDO ATUAL

A REVOLUÇÃO DO 25 DE ABRIL

- A Revolução do 25 de Abril de 1974 pôs fim ao Estado Novo e deu início ao processo de democratização da vida política portuguesa.
- Após um período conturbado política e ideologicamente, a consagração da democracia ocorreu com a aprovação da nova Constituição, a 2 de abril de 1976.

A REVOLUÇÃO DO 25 DE ABRIL

- As eleições para os órgãos de soberania foram realizadas após a aprovação da Constituição:

✓ a 25 de abril de abril de 1976, os Portugueses votaram nas eleições legislativas para a Assembleia da República, pluralista e pluripartidária.

✓ a 27 de junho de 1976, realizaram-se as eleições presidenciais para eleger o primeiro presidente da República, general Ramalho Eanes.

A POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA APÓS O 25 DE ABRIL

Opções estratégicas

- Iniciam-se os contactos para a integração plena de Portugal na comunidade internacional.
- Evidenciam-se duas opções de relacionamento no quadro internacional, com vista a quebrar o isolamento do país:

✓ aproximação à Europa através da integração na Comunidade Europeia, consagrando uma vertente continental, europeia;

✓ aproximação aos povos de expressão portuguesa, como o Brasil e as antigas colónias, valorizando-se a vertente atlântica.

A POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA APÓS O 25 DE ABRIL

Opções estratégicas

- As opções de relacionamento de Portugal no quadro internacional, orientaram-se também:

✓ para o reforço das relações com os EUA, mediante a renovação do acordo da base militar das Lajes (Açores) em 1979;

✓ para a continuidade da participação de Portugal como membro da NATO;

✓ para a continuação da participação como membro da ONU.

A OPÇÃO EUROPEIA

- I Governo Constitucional, liderado pelo primeiro-ministro Mário Soares, iniciou o processo de adesão à CEE:

✓ em setembro de 1976, integrámos o Conselho da Europa.

✓ em março de 1977, foi formalmente solicitado o pedido de adesão.

A INTEGRAÇÃO NA COMUNIDADE ECONÓMICA EUROPEIA (CEE)

Mário Soares

- Modernizar as estruturas económicas.
- Aumentar a competitividade.
- Fazer face à dívida pública.
- Aproximar Portugal dos níveis de desenvolvimento europeu.

A POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA APÓS O 25 DE ABRIL

MOTIVOS PARA A OPÇÃO EUROPEIA

A POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA APÓS O 25 DE ABRIL

MOTIVOS PARA A OPÇÃO EUROPEIA

- Reforçar o papel do país no quadro internacional.
- Responder aos anseios dos emigrantes portugueses que iriam beneficiar com a liberdade de circulação.

2o3Z0jUGE1A

A POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA APÓS O 25 DE ABRIL

ADESÃO À OPÇÃO EUROPEIA

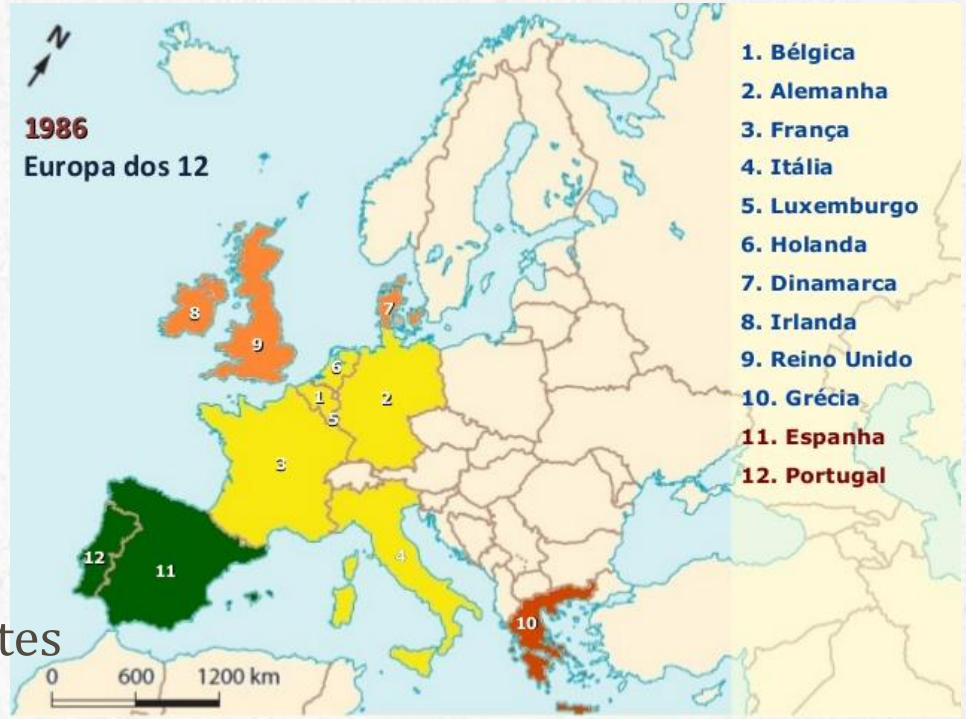
- Tratado de Adesão foi assinado em junho de 1985.
- Portugal tornou-se membro de pleno direito da CEE a 1 de janeiro de 1986.

A OPÇÃO EUROPEIA

A INTEGRAÇÃO NA COMUNIDADE ECONÓMICA EUROPEIA (CEE)

- O tratado de adesão foi assinado em junho de 1985.
- A 1 de janeiro de 1986, Portugal tornou-se membro de pleno direito da CEE (Europa dos Doze).

Concretizou o reconhecimento da democratização do dois países. A Europa comunitária correspondeu aos seus limites geográficos a sul.



Europa dos Doze

A POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA APÓS O 25 DE ABRIL

ADESÃO À OPÇÃO EUROPEIA

- A adesão à CEE foi encarada como determinante para a “construção do futuro”.
- Era um desafio que se colocava ao país, um percurso que se iniciava que traria vantagens mas não estava isento de dificuldades.

A PERSPETIVA SOBRE A ADESÃO À CEE

Para Portugal, a adesão à CEE representa uma opção fundamental por um futuro de progresso e de modernidade. Mas não se pense que seja uma opção de facilidade. Exige muito dos Portugueses, embora lhes abra simultaneamente largas perspetivas de desenvolvimento. Por outro lado, constitui a consequência natural do processo de democratização da sociedade portuguesa, iniciado com a Revolução dos Cravos em 25 de Abril de 1974 […] Precisamos de persistir na via que temos trilhado nos últimos dois anos, praticar uma política financeira de rigor e de verdade, lutar pela estabilidade política como elemento essencial de recuperação económica e de modernização e aprofundar as instituições democráticas […].

Mário Soares, Discurso por ocasião da assinatura do Tratado de Adesão de Portugal às Comunidades Europeias, 12 de junho, 1985.

POLÍTICAS

- Garantiu a consolidação da democracia.
- Pôr fim a tentativas revolucionárias de subversão do regime democrático..
- Aproximou o país dos centros de decisão europeia.
- Permitiu a integração de Portugal nos órgãos europeus.

A INTEGRAÇÃO EUROPEIA

CONSEQUÊNCIAS DA ADESÃO

ECONÓMICAS

- Primeira fase, entre 1986 e 1991.
- Segunda fase, no início dos anos 90 do século XX e, novamente, a partir do início do século XXI.

A INTEGRAÇÃO EUROPEIA

CONSEQUÊNCIAS DA ADESÃO

ECONÓMICAS

- Primeira fase, entre 1986 e 1991:

✓ modernização do país com acesso dos fundos estruturais e de coesão;

✓ melhoria e construção de infraestruturas;

✓ desenvolvimento da agricultura e da indústria;

A INTEGRAÇÃO EUROPEIA

CONSEQUÊNCIAS DA ADESÃO

ECONÓMICAS

- Primeira fase, entre 1986 e 1991:

✓ aumento das exportações;

✓ redução da inflação;

✓ melhoria dos salários;

✓ aumento do investimento estrangeiro.

A INTEGRAÇÃO EUROPEIA

CONSEQUÊNCIAS DA ADESÃO

O IMPACTO DA ADESÃO NA EVOLUÇÃO DO PIB (1970-1990)

ANO	TAXA CRESCIMENTO (em %)	ANO	TAXA CRESCIMENTO (em %)
1970	8,47	1986	3,32
1980	4,76	1987	7,63
1981	2,17	1990	7,86

FONTE: PORDATA

ECONÓMICAS

- Segunda fase, anos 90 do século XX e, novamente, a partir do início do século XXI :

✓ persistência dos problemas estruturais nos setores-chave da economia;

✓ ausência de reformas estruturais;

✓ falta de competitividade face às economias europeias;

A INTEGRAÇÃO EUROPEIA

CONSEQUÊNCIAS DA ADESÃO

ECONÓMICAS

- Segunda fase, anos 90 do século XX e, novamente, a partir do início do século XXI :

✓ endividamento crescente, público e privado (crédito fácil e barato);

✓ investimento em setores não produtivos.

A INTEGRAÇÃO EUROPEIA

CONSEQUÊNCIAS DA ADESÃO

ECONÓMICAS

- A nossa adesão à Zona Euro (2002) e a necessidade de cumprir os critérios previstos no Pacto de Estabilidade e Crescimento, resultou no abrandamento da atividade económica.

A INTEGRAÇÃO EUROPEIA

CONSEQUÊNCIAS DA ADESÃO

O IMPACTO DA ADESÃO NA EVOLUÇÃO DO PIB (1990-2002)

ANO	TAXA CRESCIMENTO (em %)	ANO	TAXA CRESCIMENTO (em %)
1990	7,86	1997	4,40
1992	3,13	2000	3,82
1994	1,49	2002	0,77

FONTE: PORDATA

https://lmsev.escolavirtual.pt/playerteacher/resource/25684/L?se=2471&seType=&coId=86084

SINTETIZANDO

SINTETIZANDO

- A aprovação da Constituição possibilitou a consagração do processo democrático.
- Permitiu a afirmação de Portugal no quadro político mundial e nos organismos internacionais.
- Concretizou-se, no domínio das relações externas, a integração de Portugal na Comunidade Europeia.

SINTETIZANDO

- A adesão à CEE garantiu, em termos políticos, o amadurecimento da democracia e aproximou Portugal da Europa e dos seus centros de decisão.
- No domínio económico, contribuiu para a modernização e desenvolvimento da economia nacional, apesar dos problemas estruturais que ainda persistiam.
- Foi, indubitavelmente, um meio para combater o atraso económico e social do país.

A INTEGRAÇÃO EUROPEIA E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS

MÓDULO 9